

Despacho n.º 8178/2016

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-general DARH, após subdelegação do Tenente-general Ajudante-General do Exército, neste delegado por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, é cessada a graduação, desde 29 de abril de 2016, nos termos a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, ao militar abaixo indicado:

059 — I Comando

Posto	NIM	Nome
2FUR GRAD	13590313	Renato Emanuel Bastos Parreira

2 de junho de 2016. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, COR INF.

209659951

Despacho n.º 8179/2016

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-general DARH, após subdelegação do Tenente-general Ajudante-General do Exército, neste delegado por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, é cessada a graduação, desde 04 de maio de 2016, nos

termos a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, aos militares abaixo indicados:

059 — I Comando

Posto	NIM	Nome
2FUR GRAD	00523512	Renato José Ribeiro Barbosa Fernandes.
2FUR GRAD	12686414	João Francisco Caracol Valério.

2 de junho de 2016. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, COR INF.

209659902

Despacho n.º 8180/2016

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-general DARH, após subdelegação do Exmo. Tenente-general Ajudante-General do Exército, neste delegados por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, ingressam na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 259.º e da alínea *b*) do n.º 1 artigo 269.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio com o posto de Segundo-furriel, os militares abaixo indicados:

677 TP Condução Auto

Posto	NIM	Nome	Classificação
2FUR GRAD	00616412	Susana Rita Ribeiro da Silva	15,90
2FUR GRAD	01006514	Diogo Leandro Ferreira da Silva	15,25
2FUR GRAD	13903910	Hélder Miguel Jardim da Cunha	14,56
2FUR GRAD	06901310	Manuel Henrique Amorim Silva	14,07
2FUR GRAD	01653209	Daniel dos Santos Almeida	14,00

2 — Os supracitados militares concluíram, com aproveitamento, o 1.º Curso de Formação de Sargentos 2015, inserido no Plano de Incorporações para 2015, atento o Despacho de 9 de janeiro de 2015, de S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Pública, conjugado com o Despacho n.º 36/15/MEF, de 13 de fevereiro de 2015, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 68.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Contam a antiguidade no posto de Segundo-furriel, desde 08 de setembro de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 270.º do EMFAR, conjugado com o determinado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, por remissão do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — São inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 259.º do EMFAR.

6 de junho de 2016. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, COR INF.

209659846

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 8181/2016

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, e mediante proposta do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, é fixado, para o ano de 2016, o contingente de polícias a colocar na situação de pré-aposentação na efetividade de serviço, de acordo com o seguinte efetivo autorizado:

Carreira	Categoria	Efetivo
Oficial de polícia	Superintendente-chefe	20
	Superintendente	
	Intendente	
	Subintendente	

Carreira	Categoria	Efetivo
	Comissário	
	Subcomissário	
Chefe de polícia	Chefe coordenador	50
	Chefe principal	
	Chefe	
Agente de polícia	Agente coordenador	200
	Agente principal	
	Agente	

2 — O contingente fixado no número anterior não prejudica a colocação na efetividade de serviço por conveniência e necessidade de serviço, nos termos previstos na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 112.º do referido Decreto-Lei.

2 de fevereiro de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

209662186

Secretaria-Geral

Declaração de retificação n.º 665/2016

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Administração Interna (SGAI) — Carreira geral de técnico superior.

1 — Por ter saído com inexistência o aviso n.º 7357/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2016, a p. 18446, retifica-se que onde se lê:

«5.1 — Requisitos gerais:

a)

b) Possuir relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida (desde que não sejam provenientes dos órgãos e serviços das Administrações Regionais e Autárquicas)»

deve ler-se:

«5.1 — Requisitos gerais:

a)

b) Possuir relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida.»

2 — O referido procedimento concursal encontra-se aberto pelo período de 10 dias após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto recebidas.

15 de junho de 2016. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral Adjunta, *Teresa Maria Alvarez Lima Costa*.

209662753

Declaração de retificação n.º 666/2016

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho, do mapa de pessoal da Secretária-Geral da Administração Interna (SGAI) — Carreira geral de técnico superior.

1 — Por ter saído com inexistência o aviso n.º 7068/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 3 de junho de 2016, a p. 17546, retifica-se que onde se lê:

«5.1 — Requisitos gerais:

a)

b) Possuir relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida (desde que não sejam provenientes dos órgãos e serviços das Administrações Regionais e Autárquicas)»

deve ler-se:

«5.1 — Requisitos gerais:

a)

b) Possuir relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida.»

2 — O referido procedimento concursal encontra-se aberto pelo período de 10 dias após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto recebidas.

15 de junho de 2016. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral Adjunta, *Teresa Maria Alvarez Lima Costa*.

209662478

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Despacho n.º 8182/2016

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio;

2 — Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC, não apenas para o normal funcionamento da mesma, mas, também, para assegurar às fases mais críticas do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, visando garantir a prossecução das atribuições cometidas à ANPC;

3 — Considerando que o atual 2.º Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro, o Licenciado Abel Renato Caldeira Gomes, termina a comissão de serviço 02 de junho de 2016;

4 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, determino o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional José Manuel Moura, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do

Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, designo, em substituição, para exercer funções de 2.º Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro, o Licenciado Abel Renato Caldeira Gomes.

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo.

c) O presente despacho produz efeitos a 03 de junho de 2016.

30 de maio de 2016. — O Presidente, *Francisco Grave Pereira*, Major-General (R).

Nota Curricular

I — Dados pessoais

Nome: Abel Renato Caldeira Gomes

Data de Nascimento: 28 de agosto de 1970

II — Formação académica

Pós-Graduação em Riscos, Planeamento e Proteção Civil, pelo IS-MAT — Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão

Pós-Graduação em Gestão de Proteção Civil e Segurança das Empresas, Instituto Dom Afonso III, Loulé

Licenciatura em Turismo — Ramo Marketing, Universidade do Algarve
Bacharelato em Comunicação e Relações Públicas, Instituto Politécnico da Guarda

III — Formação complementar mais relevante

Curso Comportamento do Fogo e Segurança no Combate a Incêndios Florestais

Curso de Organização de Postos de Comando

Curso de Quadros de Comando

Curso de Técnicas de Apoio à Decisão de Estado-maior

Curso Elementar de Proteção Civil

Cursos do Mecanismo Europeu de Proteção Civil

IV — Experiência profissional

2012 até ao presente — 2.º Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

2011/2012 — Comandante Operacional Distrital, em regime de substituição, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

2006/2011 — 2.º Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Desde 2008 — Perito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

2001/2006 — Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Silves.

1998/2001 — Técnico de Relações Públicas na Câmara Municipal de Silves.

1997/1998 — Assessor de Comunicação e Relações Públicas na Câmara Municipal de Silves.

V — Condecorações e Louvores

2015 — Louvor atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2011 — Louvor atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2009 — Louvor atribuído pelo Secretário de Estado da Proteção Civil

2008 — Louvor atribuído pelo Secretário de Estado da Proteção Civil

2005 — Louvor atribuído pelo Coordenador do Centro Distrital de Operações de Socorro de Faro do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil

1995 — Louvor atribuído pelo Comandante do Regimento de Infantaria N.º 14 (Viseu)

1992 — Louvor atribuído pelo Comandante de Companhia do Regimento de Infantaria de Faro

209662089

Despacho n.º 8183/2016

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sis-